



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

LEI Nº 805/2018, DE 10 DE MAIO DE 2018

“Dispõe sobre a utilização de equipamentos e máquinas doados ao Município no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC2, assim como dos equipamentos e máquinas objetos de compra direta da administração municipal e, ainda, os obtidos por meio de repasses por emenda parlamentar, e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Leandro Ferreira/MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

CAPITULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - A presente lei visa fomentar, através do Setor de Agricultura, em parceria com outros departamentos municipais, órgãos públicos municipais, estaduais e federais e demais entidades civis organizadas afins, o desenvolvimento rural e agropecuário do município, através do incremento de atividades e serviços, traçando diretrizes para utilização subsidiada de equipamentos e máquinas doados ao município no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC2, assim como os equipamentos e máquinas objetos de compra direta da administração municipal ou de repasse por emenda parlamentar, em atendimento aos princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal e visando o controle social.

Parágrafo Único – Além de auxiliar o controle social, a presente lei tem por objetivo oferecer parâmetros para que o Município planeje, execute e monitorea obras, serviços e melhorias a serem realizados com a utilização dos equipamentos e máquinas do PAC2, com vistas ao atendimento da finalidade prioritária que motivara sua doação, qual seja, a conservação e recuperação de estradas vicinais e o armazenamento de água para garantir o abastecimento de água à população. Além de fomentar o desenvolvimento da Agricultura Familiar, ante o uso dos equipamentos e máquinas na aração de terrenos de particulares, entre outros.

Art. 2º - A concessão de utilização subsidiada que alude ao artigo 1º dependerá de requerimento elaborado pela parte interessada, que será submetido ao parecer do Conselho Municipal próprio, ficando o Poder Executivo, desde já, autorizado a conceder aos particulares (pessoas físicas e jurídicas) o uso dos bens públicos municipais, mediante requerimento justificado, protocolado no Setor Municipal de

Edmundo



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Agricultura, após a demonstração da finalidade do bem, bem como caracterizado o alcance ao interesse público, nos moldes do § 4º do artigo 84, bem como do artigo 104, ambos da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único - Os equipamentos e máquinas objetos de compra direta da administração municipal ou de repasse por emenda parlamentar seguirão as mesmas regras.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a conceder utilização subsidiada.

Parágrafo Único – Veda-se a concessão de outros subsídios ou incentivos enquanto não cumpridos os requisitos em relação aos benefícios anteriormente concedidos.

CAPITULO II

Das modalidades e subsídios

Art. 4º - A utilização subsidiada atenderá a todas as atividades de interesse público no âmbito da Administração Municipal referendadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável criado pela Lei 604/2006 de 06 de outubro de 2006, e obedecerá as seguintes destinações:

1. Abertura, manutenção e recuperação de estradas vicinais;
2. Obras para melhoria da convivência com situações de estiagem e seca, como construção e recuperação de pequenos açudes e barreiros, abertura de cacimbas, etc.;
3. Fomento à produção da Agricultura Familiar e assentamento da Reforma Agrária, por meio da melhoria nas condições de logística e escoamento da produção;
4. Melhoria das condições de mobilidade no meio rural, proporcionando melhor qualidade de vida e segurança;
5. Obras que auxiliem no acesso à água para a população e animais, como terraplanagens, escavações, cascalhamento e abertura de valas para implantação de sistemas de abastecimento de água.
6. Realização de terraplanagem em terrenos públicos que visem o desenvolvimento municipal.
7. Atendidos prioritariamente os incisos 1 a 6 supracitados, poderão ser atendidas outras atividades, sempre em prol do desenvolvimento municipal.

Art. 5º - As atividades e serviços não abrangidos pelo artigo 4º poderão ser concedidos mediante “programas especiais” com a anuência do CMDRS, desde que atendendo o previsto no artigo 1º, quando utilizadas e/ou destinadas a:

50017



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

I – Pecuária:

- a) Proceder a serviços de terraplanagem e abertura de valas utilizadas em projetos de confinamento para a armazenagem de forragem (silagem), do tipo silo trincheira ou de outras modalidades;
- b) Proporcionar infraestrutura adequada aos projetos como estradas, terraplanagens, escavações e cascalhamento para posterior construção de estábulos, pocilgas, apriscos, aviários, silos, depósitos de ração, salas de ordenha, centros de resfriamento, centros de alimentação animal, etc a proprietários individuais ou de forma comunitária em áreas de pequenas propriedades, como associações comunitárias, assentamentos ou através de convênios com associações e/ou cooperativas.

II – Agricultura:

- a) Proporcionar infraestrutura adequada aos projetos como estradas, terraplanagens, escavações e cascalhamento para posterior construção de unidades de beneficiamento e transformação da produção primária a proprietários individuais ou de forma comunitária em áreas de pequenas propriedades, como associações comunitárias, assentamentos ou através de convênios com associações e/ou cooperativas.

III – Outras atividades que, embora não mencionadas nos incisos anteriores, sejam recomendadas pelo CMDRS.

CAPITULO III Dos Beneficiários

Art. 6º - A utilização subsidiada dos equipamentos e máquinas de que trata esta lei será concedida para qualquer cidadão que resida neste Município, com atendimento prioritário para demandas oriundas de associações comunitárias, bem como para os agricultores familiares em relação às demais categorias de produtores rurais.

Parágrafo Único – A utilização subsidiada dos equipamentos e máquinas de que trata esta lei poderá ser concedida, ainda, às entidades constituídas que demonstrem capacidade administrativa e gerencial para administrar os referidos equipamentos e máquinas que possam ser cedidos através de Termo de Concessão de Uso ou Termo de Cooperação, desde que cumpridas as finalidades constantes nos artigos 5º e 6º desta lei.

Art. 7º - A parte interessada que vier a receber quaisquer das atividades ou serviços citados nos artigos 4º e 5º deverá, obrigatoriamente, cumprir os prazos estabelecidos e aprovados pelo CMDRS, sob pena de ser declarado nulo o Termo de Concessão de Uso ou Termo de Cooperação, no qual estarão previstas as

Sobrinho



condicionantes, inclusive de responsabilidade civil, pela utilização dos equipamentos.

CAPITULO IV **Das exigências**

Art. 8º - As associações, cooperativas ou produtores rurais interessados na utilização dos equipamentos e máquinas constantes desta lei deverão formalizar suas solicitações com os seguintes itens:

- a) Descrição clara e objetiva do ramo de atividade rural a ser desenvolvida;
- b) Relação da infraestrutura, equipamentos e instalações necessárias ao funcionamento do projeto global;
- c) Projeto de impacto e preservação ambiental, bem como compromisso formal de recuperação no caso de eventuais danos causados pelo serviço, aprovado pelo órgão municipal responsável, quando necessário;
- d) Documentação que comprove o domínio ou posse da propriedade e sua localização.

Art. 9º - Para efeito de avaliação do requerimento, serão consideradas, prioritariamente, as solicitações em função de:

- a) Atendimento à projeto de abastecimento de água para a população;
- b) Atendimento à projeto de recuperação de estradas vicinais;
- c) Atendimento à projeto de convivência com a estiagem e seca;
- d) Atendimento à projeto de dessedentação animal;
- e) Fomento à produção da agricultura familiar e assentamento da Reforma Agrária;
- f) Fomento à produção das demais categorias de produtores rurais;
- g) Atendimento à projeto de recuperação/conservação ambiental;
- h) Terraplanagem necessária à melhoria do desenvolvimento municipal.

Parágrafo Único – O requerimento poderá ser indeferido, caso o projeto seja considerado inadequado ou inconveniente.

Art. 10º - As partes que forem beneficiadas com a utilização subsidiada dos equipamentos e máquinas constantes desta lei deverão cumprir os seguintes requisitos:

- I - Iniciar e encerrar as atividades nos prazo fixados, sob pena de extinção do benefício;
- II - Celebrar com o Município o respectivo Termo de Cooperação ou Termo de Concessão de Uso que preveja as condicionantes, inclusive de responsabilidade civil, pela utilização dos equipamentos.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 11° - A continuidade do serviço de utilização subsidiada dos equipamentos e máquinas constantes desta lei fica condicionada à avaliação anual pelo CMDRS, do cumprimento das obrigações, e demais exigências estabelecidas por este.

§1° - Anualmente, o Setor de Agricultura deverá apresentar ao CMDRS relatório sobre o cumprimento das obrigações contratadas pelo beneficiado e, sendo constatado o descumprimento das condições impostas, poderá o CMDRS emitir parecer sobre a exclusão da referida parte interessada do programa.

§2° - As partes interessadas beneficiadas deverão garantir o livre acesso dos profissionais designados pelo Setor de Agricultura e/ou do CMDRS para supervisionarem e avaliarem o desempenho do serviço, bem como fornecer os dados necessários à elaboração de relatórios por estes solicitados.

CAPITULO V Da gestão

Art. 12° - Os equipamentos e máquinas objetos de doação do PAC2, assim como os equipamentos e máquinas objetos de compra direta da administração municipal ou de repasse por emenda parlamentar, serão submetidos a uma gestão única, sob responsabilidade do Departamento de Obras, fiscalizado pelo Setor Municipal de Agricultura.

Art. 13° - O Setor de Agricultura elaborará um diário de operações dos equipamentos e máquinas constantes desta lei, com o objetivo de planejar e monitorar as ações executadas pelas partes interessadas com a utilização dos referidos equipamentos.

§1° - O diário de operações dos equipamentos e máquinas constantes desta lei deverá informar:

- a) Nome do equipamento/máquina;
- b) Numero do chassi ou da Nota Fiscal;
- c) Data;
- d) Resumo da atividade executada;
- e) Horas trabalhadas e quilômetros percorridos;
- f) Localidade, associação ou propriedade particular atendida;
- g) Nome do operador;
- h) Ocorrências eventuais.

§2° - Fica definido o preenchimento de um diário de operações para cada equipamento e máquina constantes desta lei.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 14° - O Setor de Agricultura criará um Fundo Municipal de Agricultura, com a finalidade de mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento rural e agrícola sustentáveis do município, inclusive os recursos financeiros provenientes da utilização subsidiada dos equipamentos e máquinas constantes desta lei.

§1° - Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Agricultura serão prioritariamente investidos na manutenção dos equipamentos e máquinas constantes desta lei, abastecimento e no pagamento dos operadores dos referidos equipamentos.

§2° - O Setor de Agricultura elaborará e submeterá à aprovação do CMDRS uma planilha de valores da hora de trabalho a ser cobrada pela utilização pelas partes interessadas dos equipamentos e máquinas constantes desta lei, estabelecendo subsídios diferenciados em função da prioridade e necessidade de atendimento, respeitando o valor mínimo de subsídio equivalente à 50% do valor praticado no mercado e ainda respeitando a isenção de qualquer valor de cobrança quando a finalidade reverter à atividades de interesse público.

CAPITULO VI Da publicidade

Art. 15° - O Setor de Agricultura manterá em dia o diário de operações dos equipamentos e máquinas constantes desta lei, como forma de auxiliar o controle e visando dar maior transparência à utilização dos referidos equipamentos.

Paragrafo Único - Reputa-se relevante que o diário de operações seja disponibilizado pelo município das seguintes formas:

- Enviado à Câmara dos Vereadores do município e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Afixado no Quadro Oficial de Publicações, localizado no átrio da sede da Prefeitura Municipal;
- Publicado no site da prefeitura municipal, quando houver disponibilidade;

CAPITULO VII Dos prazos, vedações e penalidades

Art. 16° - Se, por qualquer circunstância, a parte interessada, beneficiada com a concessão de uso subsidiado dos equipamentos e máquinas constantes desta lei, interromper ou paralisar suas atividades por mais de 30 dias, não cumprir com o constante do Termo de Cooperação e/ou Termo de Concessão de Uso firmado com o município, ou, ainda, sendo constatado desvio de finalidade de sua atividade, sem

Edilson



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

expresso consentimento do município e/ou do CMDRS, poderá o Município, sem qualquer ônus e a qualquer tempo, rescindir o Termo de Cooperação e/ou Termo de Concessão de Uso, quando evidenciado o prejuízo ou a ameaça ao interesse público ou, do mesmo modo, quando comprovado o desinteresse da parte interessada em cumprir quaisquer das cláusulas do Termo de Cooperação e/ou Termo de Concessão de Uso.

Art. 17° - É vedada a transferência a qualquer título, empréstimo ou locação dos equipamentos e máquinas concedidos pelo Município com base nesta lei, sem prévia justificativa junto à Secretaria Municipal de Agricultura e autorização do CMDRS, sob pena de cancelamento imediato do Termo de Cooperação e/ou Termo de Concessão de Uso.

Art. 18° - A concessão da utilização dos equipamentos e máquinas constantes desta lei não isenta as partes beneficiadas do cumprimento da legislação ambiental aplicável, cabendo ao Município a adoção das medidas destinadas ao aperfeiçoamento do desenvolvimento sustentável do seu território rural.

Art. 19° - Qualquer cidadão ou integrante da sociedade civil, inclusive entidade de classe (associações de agricultores, sindicatos, cooperativas, etc.), têm legitimidade para denunciar a utilização dos equipamentos em violação aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 20° - Fica a cargo do Chefe do Poder Executivo Municipal celebrar protocolos com as partes interessadas na utilização dos equipamentos e máquinas constantes desta lei, bem como firmar termos e outros atos e instrumentos necessários a aplicação do disposto nesta lei.

CAPITULO VIII Das garantias

Art. 21° - A entrega de equipamentos e máquinas ou a prestação de serviço a que se refere esta lei será precedida de Termo de Entrega e Recebimento, acautelando-se o Município do efetivo cumprimento pelas partes interessadas, dos encargos assumidos, com cláusulas expressas de revogação dos benefícios no caso de desvio de finalidade, assegurando o ressarcimento dos investimentos efetuados pelo Poder Público Municipal.

CAPITULO IX Das disposições gerais

Art. 22° - No âmbito de suas atribuições, o Poder Público Municipal disponibilizará todo o estímulo de cooperação necessário à implementação das atividades rurais,

SABAR



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

agrícolas e pecuárias, objetivando o desenvolvimento como meio de satisfação do bem estar social.

Art. 23° - O Poder Público Municipal fica autorizado a participar, em parceria com a iniciativa privada, de outros projetos ou empreendimentos que visem o desenvolvimento rural do Município, desde que observados os preceitos da Lei Orgânica Municipal.

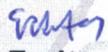
Art. 24° - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios de cooperação ou assessoria técnica com outros órgãos, instituições e entidades nacionais e internacionais a fim de dar apoio, incentivo e assistência em prol do desenvolvimento rural sustentável do Município.

Art. 25° - Caso se faça necessária a regulamentação desta Lei, o Executivo Municipal o fará mediante Decreto.

Art. 26° - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 27° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Leandro Ferreira/MG, 10 de maio de 2018


Elder Corrêa de Freitas
Prefeito Municipal

LEANDRO FERREIRA

01-03-1963